

**JUVENTUDES RIZOMÁTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES DA SEXUALIDADE EM
ABRIGOS E INSTITUIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS**

Luan Carpes Barros Cassal

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: luancassal@yahoo.com.br

Mayra Silva Bressy Lameirão

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: mayralameirão@gmail.com

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia

E-mail: ppbicalho@ufrj.br

RESUMO

Infância e adolescência são conceitos construídos socialmente; não existe, assim, uma vivência universal de juventude. Jovens pobres foram historicamente criminalizados e internados em instituições para controle social, a partir de uma rede de discursos, saberes e práticas. A experiência de abrigamento cumpre a função de exclusão desses sujeitos, promovendo a legitimação dos modos de existência socialmente tidos como “norma”. Restringe, ainda, as possibilidades de experimentação da sexualidade, direito humano que deve ser garantido. Apontamos, desse modo, a problematização da sexualidade no interior dessas instituições, com gestores, profissionais e jovens, para promover um exercício autônomo de seu corpo e sua sexualidade.

Palavras-chave: Institucionalização; Criminologia; Sexualidade

RHIZOMATOUS YOUTH: PROBLEMATIZATIONS OF SEXUALITY IN SHELTERS AND INSTITUTIONS OF SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

ABSTRACT

Childhood and adolescence are socially constructed concepts, there isn't an universal experience of youth. Young poor have historically been criminalized in institutions for social control, from a network of discourses, knowledge and practices. The experience of shelter fulfills the function of excluding these people, promoting the legitimacy of the modes of existence socially considered 'standard'. Restricted, although the scope of experimentation of sexuality, human right that should be guaranteed. Point out, this way, the questioning of sexuality within these institutions, with managers, professionals and young people to promote an independent exercise of their bodies and their sexuality.

Keywords: Institutionalization; Criminology; Sexuality

JUVENTUDES RIZOMÁTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES DA SEXUALIDADE EM ABRIGOS E INSTITUIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS¹

Luan Carpes Barros Cassal

Mayra Silva Bressy Lameirão

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Introdução

A infância e a adolescência são processos relativos ao desenvolvimento humano; etapas da construção de um corpo, uma psique e um lugar na sociedade. Ou não?

Guattari e Rolnik (1996) afirmam que os sujeitos são produtos de uma construção social, localizada historicamente, com múltiplos atravessamentos – o círculo familiar, social, as formas de acesso à informação e comunicação, as experiências e experimentações no mundo. Os sujeitos integram grupos com valores e crenças, vinculadas a formas instituintes (e instituídas) da cultura e da sociedade.

Esses arranjos são permeados por relações de poder, aqui entendido a partir de Foucault (1979) como uma rede em permanente fluxo, em funcionamento processual. Assim, não há um agente que detém o poder e oprime, mas um feixe aberto, circunstancial, relacionado à produção de discursos e conhecimentos. Diz Foucault (2007, p.103): “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (...) é o nome dado a uma situação estratégica complexa em uma sociedade determinada”.

No presente trabalho, temos como objetivo problematizar a noção universalizadora de infância e adolescência, tomando como analisador a situação singular de jovens que cumprem medidas socioeducativas, a partir das leituras da criminologia crítica. As relações com a sexualidade terão ênfase especial já que, segundo Foucault (2007), esse elemento é tomado como revelador da essência dos sujeitos e, portanto, pretensamente universal. Vale destacar que entendemos o processo de pesquisa como uma produção coletiva de conhecimento, em que conhecer é um processo de invenção do mundo e de si próprio (KASTRUP, 2008).

¹ Trabalho vinculado ao projeto “Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais”, apoiado pela FAPERJ.

A construção do conceito de “infância” – gravidez e parto de uma forma de controle social

Quando retornamos à Idade Média, não encontramos a concepção de infância tal qual a conhecemos hoje. Muito pelo contrário: quando os infantes deixavam de se alimentar no seio materno, por volta dos seis anos de idade, já eram inseridos na mesma rede de socializações dos adultos – trabalho, alimentação, vestimentas (ARIÈS, 1973). As diferenças corporais que hoje nos diferenciam não era tomadas como questão ou categoria de distinção de sujeitos.

Não há, assim, uma única infância, ou uma adolescência universal. Ainda que haja uma norma fabricada, são múltiplas as apropriações e possibilidades. Não é possível a todos terem a mesma experiência. Como aponta Velho (2006: 192), “colocar a juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como categoria complexa e heterogênea”.

A infância que conhecemos hoje surgiu quando a medicina e as ciências humanas se debruçaram sobre a diferença biológica e psíquica desses sujeitos, ao mesmo tempo em que a religião se posicionou sobre a necessidade de doutrinar e proteger as crianças. Tais produções de discursos estabelecem que os primeiros anos de vida do sujeito são vitais em seu desenvolvimento; novas práticas são pautadas por manuais que estabelecem hábitos para um desenvolvimento saudável ou moral, restrito às classes abastadas (ARIÈS, 1973). A juventude, de acordo com Groppo (2000), foi então criada pela psicologia como estágio de transição da vida do sujeito, “da definição de uma identidade e de uma individualidade” (p. 61), saindo da infância e preparando para a vida adulta, do mundo do trabalho e relações sociais. Assim, o autor afirma que, na adolescência, os conceitos da infância se chocam com as normas sociais, produzindo os conflitos entre gerações.

Ao estabelecimento de uma rede de saberes, como a categoria da juventude, que determina modos de ser e estar consigo e com os outros, controlando pela doutrina e docilização de corpos e subjetividades, Foucault (2007) chama de biopoder – poder sobre a vida.² Produz-se uma norma, que é a forma legítima de existência, defendida pelo Estado e pelas ciências. Guattari e Rolnik (1996) apontam que se produz o desejo de aproximar-se a um referencial previamente estabelecido. Apesar de pretensamente se propor a todos os sujeitos, na verdade age como um mecanismo de exclusão – que marca aqueles que não estão adequados – para manutenção das relações de poder estabelecidas.

² Foucault (2007, p.151-2) dá destaque às *disciplinas anátomo-políticas do corpo humano* e a uma *biopolítica da população* como focos da organização do poder sobre a vida, sendo estratégias indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo.

Ou seja, é impossível a todos seguirem a norma (burguesa), pois assim não haveria mais burguesia. São necessárias estruturas (objetivas e subjetivas) que façam dos marginais efetivamente marginalizados, em um processo que os responsabilize pelo ‘fracasso’ da própria homogeneização. Aos desviantes, cabem práticas de punição e correção, enquanto a ciência tenta explicar seu comportamento “anormal” (FOUCAULT, 1997). Esse processo tem duplo objetivo: a manutenção das classes dominantes da sociedade e a reeducação do sujeito.

Os estilos de vida construídos pela juventude, segundo Groppo (2000), são diferentes dos valores vigentes na sociedade moderna. Por isso, são percebidos como um risco para o modelo instituído. Mais ainda o são aqueles excluídos, sem acesso a trabalho, educação, lazer e direitos, que precisam ser renormatizados. Nesse sentido, os jovens que perturbavam a ordem urbana, expostos a situações entendidas como de risco ou anormais, passaram a ser internados em instituições específicas no Brasil no final do século XIX. Esse momento foi crucial, historicamente localizável com o fim da escravidão (formal) no Brasil, e a medicina passou a ocupar um lugar de explicação e controle dos sujeitos (BULCÃO, 2002). Mas não era qualquer um que ia para esses lugares: apenas os pobres, enquadrados na categoria de “menores”, enchiam abrigos, institutos e educandários, sem uma discussão crítica ou política. A prática era de individualização e patologização da miséria estrutural³ (LAMEIRÃO, 2008).

Essas instituições nada tinham de neutras; segundo Silva (2008), surgiram no Rio de Janeiro como parte de um reordenamento espacial, que pretendia influenciar na organização dos corpos, dos hábitos e dos costumes da população. O autor afirma que, nesse momento histórico, as intervenções do Estado de controle urbanístico e de circulação se tornaram cada vez mais frequentes e legítimas. Além disso, aponta que uma das estratégias necessárias para essa reorganização era a institucionalização dos desvalidos – tais quais as meninas e os meninos de rua. Assim, para Silva, abrigos e educandários atuavam para acolhimento, educação e proteção, ao mesmo tempo em que disciplinavam comportamentos e corpos para o mundo do trabalho.

Tal situação se perpetuou com diferentes características ao longo do século XX. As crianças abandonadas ou perdidas, sem família ou cuidadores, são consideradas “menores”, que diferencia enquanto categoria da infância “normal”. Bulcão (2002) faz a seguinte distinção entre as duas formas de se viver o início da vida:

³ Segundo Santos (2008), vivemos uma era de ‘pobreza global estruturada’, resultante de causas estruturais que organizam os processos econômicos e produtivos da sociedade, produzindo pobreza como consequência. Assim, não pode ser eliminada sem uma mudança de paradigmas; porém, ela é naturalizada e sua manutenção é feita pelo Estado e pelas grandes corporações, tendo como interesse a competitividade e o lucro. Guattari e Rolnik (1996), por sua vez, consideram que este fenômeno se dá porque “são sempre os mais estúpidos que se encontram no alto da pirâmide” (p. 21), já que os avanços tecnológicos atuais não conseguem reduzir a miséria no mundo.

A primeira, associada ao conceito de *menor*, é composta por crianças de famílias pobres, que perambulam livres pela cidade, que são abandonadas e às vezes resvalam para a delinquência, sendo vinculadas a instituições como cadeia, orfanato, asilo etc. Uma outra, associada ao conceito de *criança*, está ligada a instituições como família e escola e não precisa de atenção especial. (p. 69, grifos da autora)

O contexto normativo brasileiro se modifica claramente em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta legislação pretende garantir direitos a todas as crianças e adolescentes, sobrepondo-se às distinções antes vigentes de gênero, etnia, classe social (LAMEIRÃO, 2008). Aposta, ainda, que a reinserção e manutenção familiar estão entre as mais importantes medidas, devendo ser garantida, se necessário, por meio de programas de auxílio estatais. Assim, as crianças e adolescentes precisam ser protegidos através de práticas e políticas públicas, mas também responsabilizados por seus atos, desde que respeitada a particularidade de seu desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Crianças e adolescentes internados – proteção para quem?

O ECA prevê que crianças e adolescentes só são abrigados em casos excepcionais, em que não é possível ficar na família de origem nem a inclusão em uma substitutiva. Além disso, o adolescente que comete um ato infracional ao código penal pode ser internado em instituição especializada do Estado, ao ser pego em flagrante ou por ordem judicial, antes da sentença; ou como medida socioeducativa determinada pelo juiz, a partir da avaliação das circunstâncias e da gravidade do fato; e ainda em caso de descumprimento de outras medidas, tais como a prestação de serviços comunitários e a liberdade assistida (BRASIL, 1990).⁴

A internação, segundo essa lei, “constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, art. 121) e tem duração variável, avaliada periodicamente, não podendo exceder três anos.⁵ Porém, a aposta principal do ECA é no dispositivo da família, que só se vê desprovida de seu poder como último recurso. Como afirma Lameirão (2008, p. 51, grifo da autora), “o ECA traduz-se numa aposta de estabelecer como a infância *deve ser* concebida e não como ela *é*”.

As medidas socioeducativas podem ser aplicadas a qualquer adolescente em conflito com a lei. Mas como se configura o ato infracional? Como Dornelles (1988) aponta, o conceito de crime é entendido de diversas formas, a partir das visões de mundo e de humano que são estabelecidas. A ideia de que o sujeito “delinquente” tem sua origem em certas configurações familiares e

⁴ Para mais detalhes, ver Livro II, Título III: Da prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

⁵ O internado ainda pode receber libertação compulsória caso atinja 21 anos de idade (BRASIL, 1990).

sociais, que destitui a discussão do campo da política, vem com força desde o século XIX até os dias de hoje. Não é por acaso que os “menores” eram retirados de um ambiente tido como conflituoso. Para explicar tal relação social, a ciência da época construiu a criminologia.⁶

As mudanças de legislação só se tornam transformações objetivas a partir de produções subjetivas, de crenças e valores (GUATTARI & ROLNIK, 1996). Caso contrário, são apenas um aparato abstrato, sem materialidade. No caso do crime, Dornelles (1988, p.46) afirma que “acabam recaindo sobre os pobres a força e o rigor da lei. São eles que constituem o principal alvo da ação policial e o contingente que enche as prisões”.

Podemos pensar que tais construções se repetem, com novas aparências. Pesquisas recentes, por exemplo, buscam causas genéticas e neurológicas, individuais, em jovens infratores (ADUFRJ, 2008; Coordenadoria de Comunicação da UFRJ, 2008). Também observamos que as avaliações criminológicas tentam criar rótulos ao preso, identificando como tendências delinquentes tudo aquilo que caracteriza as populações pobres (RAUTER, 1989). Dornelles (1988, p.48) complementa: “o sistema penal existe para controlar, reprimir e punir o crime convencional, normalmente praticado por pessoas de baixa renda”. Muitos crimes expressam a violência entre classes, mas são reduzidos a uma questão patológica e individual (RAUTER, 1989). São, assim, técnicas de repressão, controle e produção de modos de existência específicos das populações pobres.

Se pensarmos nas internações de adolescentes que cometem atos infracionais, produzimos uma juventude não-universal, mas cindida. Apenas determinados grupos têm a experiência particular de institucionalização – os jovens de classes baixas. Produzimos, assim, diferentes juventudes. E mais: as crianças que vivem na marginalidade (dentro e fora de tais instituições) são suspeitas e perigosas pela simples questão de existirem, devendo ser eliminadas (COIMBRA, 2008). Tal construção é corroborada pela mídia, que produz a ideia dos espaços com pobres e famintos como locais de crime e barbárie.

Às práticas de eliminação de populações excluídas e indesejadas, Baptista (1999) vai chamar de “genocídio”, pelas mutilações de corpos e de vidas. São assassinatos físicos, concretos, ou subjetivos – mortes de possibilidades de expressão da singularidade humana. O autor entende que estes acontecimentos não se dão sem uma preparação social anterior. Neste sentido, descreve:

⁶ Ciência interdisciplinar que estuda as relações entre norma, transgressão e castigo. Surge com um caráter positivista, buscando a explicação de comportamentos ora pelo viés biológico, ora pelas questões sociais, ou ainda combinando ambas. Tais explicações perduram até hoje. Nos anos 60, a partir dos trabalhos de Foucault, é inaugurada uma nova corrente, a criminologia crítica, que leva em conta as construções sociais, a relações de poderes e o jogo político em todo o ato criminal (DORNELLES, 1988).

Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima (...). Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades individuais. Estranhamento e individualidade são alguns dos produtos destes agentes. Onde estarão os amoladores de facas? (BAPTISTA, 1999, p. 46)

A discussão sobre institucionalização de adolescentes, então, é atravessada pela produção de uma rede de saberes, discursos e práticas em que o sujeito está embrenhado. Coimbra e Nascimento (2008, p.1) nos perguntam: “ser jovem, ser pobre é ser perigoso?”; e quem diz isso? Algumas pistas são oferecidas por Rauter (1989), que mostra a produção de laudos psicológicos de presidiários direcionados à corroboração de processos criminais, instituindo a figura do pobre como delinquente. E nas observações de Dornelles (1988) sobre a criminologia, relatando que diversos cientistas ao longo da história procuraram relações de causa e efeito, denunciando famílias “desestruturadas” (pobres) como causadoras do mal social da violência. E, ainda, por Bicalho (2005), já que todos nós produzimos formas e critérios para enxergar os sujeitos.

Entendemos aqui que as produções subjetivas são *rizomáticas* (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Por mais que a ciência e a organização social busquem um modelo arborescente, hierarquizado, somos todos atravessados por multiplicidades, em um processo⁷ de constante movimento. Cada ponto pode tocar todos os demais; em outras palavras, somos coautores das produções da sociedade, mesmo aquelas aparentemente distantes de nós. Isso porque nossas falas e discursos, como profissionais ou laicos, têm um peso. Podemos nem tomar consciência dos assassinatos, mas amolamos facas que são usadas para tal fim.

A restrição da liberdade de alguns jovens específicos e escolhidos é também por nós produzida. A construção da adolescência, que a afirma como período de ‘crise’ e de exacerbação da sexualidade pela chegada da puberdade,⁸ é diferente quando o jovem se vê internado em uma instituição, apenas com pessoas do mesmo sexo, por um período que varia, de acordo com o ECA, de três meses a três anos (BRASIL, 1990). Como serão essas vivências, e por que a experiência do sexo é tão importante?

⁷ Estudar um processo produtivo é, para Kastrup (2008), fazer a opção por um modelo cartográfico de investigação, que permita mapear os vetores e as relações de força, em permanente mudança. Assim, rompe com a lógica de um objeto dado *a priori* do positivismo.

⁸ O que, para os psicanalistas, é consequência de um “retorno da crise edipiana em proporções aumentadas” (KEHL, 2005, p. 94). Tal leitura deve ser cuidadosa, para evitar a individualização de construções sociohistóricas. Baptista (1999) faz uma importante crítica a posicionamentos essencialistas, com seu conceito de “amoladores de facas”.

Muito prazer, dispositivo da sexualidade

O controle e docilização dos sujeitos, instituídos no século XVIII com o estabelecimento de disciplinas que falam sobre o homem, também põem em destaque um novo objeto, a sexualidade. Esta se torna constitutiva da subjetividade humana, como uma essência a ser revelada; elemento basal da identidade. Da mesma maneira que as relações de poder anteriormente descritas relativas à infância e a juventude, o sexo apresenta formas legítimas de experimentação, relativas à monogamia, à prática heterossexual e à formação de núcleos familiares. Os desvios à norma, antes entendidos como pecado e/ou crime, agora são da ordem da medicina e da psicologia – degeneração, perversão, patologia; “incontável família dos perversos que se avizinha dos *delinquentes* e se aparenta com os loucos” (FOUCAULT, 2007, p. 47, grifo nosso). O autor conceitua o *dispositivo da sexualidade* como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 138)

Esse mecanismo tem uma função estratégica, de controle de corpos, populações e subjetividades, para controle das formas de produção e manutenção do *status quo* então vigente, da burguesia como padrão da sociedade. O biopoder tem como efeito a modelagem de modos de experimentar o mundo, as relações com os outros e consigo próprio (FOUCAULT, 1979). Vale destacar que, nesse ponto, a psicologia tem um papel fundamental, tendo em vista que ela é a ciência que responde, por excelência, sobre a subjetividade ou, como afirma Canguilhem (1973, p.113), “A psicologia não é mais somente a ciência da intimidade, mas a ciência das profundezas da alma”. Ou seja, é uma das maiores autoridades para falar sobre a sexualidade e suas relações com a constituição psíquica do sujeito. Essa disciplina explica o sexo a partir do sujeito, ou vice-versa, desde o início das psicoterapias até a atualidade.

A sexualidade, para Foucault (2007), não escapa à rede de poder; pelo contrário, é um dos elementos dotados de maior instrumentabilidade. Dentre as estratégias utilizadas para desenvolvimento de uma rede de saber-poder específico sobre o sexo, Foucault destaca a “pedagogização do sexo da criança” (2007, p.115), tomando mais uma vez como atravessamento a classe social; não se buscava a educação das práticas de qualquer criança, mas das filhas e filhos da burguesia, que deveriam garantir descendentes saudáveis e perpetuar a hierarquia social. Segundo o autor, tais práticas só se espraiam pelo proletariado posteriormente, e com um caráter diferente – de estabelecimento do modelo burguês como padrão, em detrimento do

sistema da nobreza anteriormente em vigor, onde o *status* social era dado pelo sangue. Dessa forma, o dispositivo da sexualidade afetou a todos, mas com papéis e instrumentos bastante diversos, em função de seus objetivos.

Privação de liberdade, sexualidade e produção de subjetividade

Retomemos a experiência da privação de liberdade. Já discutimos que não são quaisquer jovens, mas grupos específicos que passam pela institucionalização. Da mesma maneira, essa classe de jovens é marcada por vivências do mundo, do consumo⁹ e da sexualidade próprias, com a finalidade de manutenção das relações de poder estabelecidas. Ora, tal situação, de cerceamento do direito de ir e vir, impossibilita ao sujeito o “cumprimento” dessas normas sociais. Como construir um modelo de família burguesa em instituições fechadas, separadas por sexo, e sem a existência de dispositivos de visita íntima?

O internato para adolescentes em conflito com a lei é um abrigo para os ‘desviantes sociais’, que os retira do convívio social, da ‘ameaça’ que promulgam na sociedade. Mas o interno carrega uma marca; segundo Rauter (1989, p.10): “[detentos que estiveram em internatos quando jovens] costumam ser considerados ‘à margem’ ou fora da cultura (...) Esquece-se (sintomaticamente) que nestas instituições, como nas prisões, não se está fora da sociedade, apesar dos muros”.

E mais ainda: produzem-se modos de exclusão no seu interior, ao proibir acesso a direitos humanos básicos, como o exercício pleno e saudável de sua sexualidade – especialmente a adolescentes que, a partir de uma construção social,¹⁰ a tomam como importante questão. Não que não se fale sobre sexo; como aponta Foucault (2007), instituições educativas produzem discursos e práticas sobre a sexualidade na vigilância, na organização espacial, nas normas e rotinas, nas divisões de tarefas. Fala-se sobre o sexo como uma coisa a mais que precisamos discutir e controlar, levantando-se, muitas vezes, a ideia de “como ocupar os meninos para esvaziar a discussão”.

⁹ A esse respeito, Freire Costa (2005) faz importantes considerações sobre o consumo em nossa sociedade, em especial com relação à juventude. O autor explica o atual consumismo como uma postura de descuido para com o mundo, que não precisa se traduzir nos recursos para aquisição de bens materiais, e sugere que: “os indivíduos se deixam seduzir pelo consumismo porque esse hábito atende a reais necessidades psicossociais” (FREIRE COSTA, 2005, p.79). Kehl (2005) ainda discute a identificação ao consumismo que se oferece aos jovens de todas as classes sociais com uma interpretação a partir da psicanálise. Groppo (2000), por sua vez, destaca a produção da juventude contemporânea como um mercado em potencial, transformando essa categoria em padrão – de beleza, de vida e de consumo. Por fim, Santos (2008) faz uma análise ampla dos efeitos da globalização que ele chama de ‘perversa’ (que inclui o consumismo desenfreado) em nossa sociedade e nas relações com o mundo.

¹⁰ O que não retira o caráter de realidade para o sujeito. Como descreve Freire Costa (2005, p.76, grifo do autor): “Dizer que uma concepção é imaginária não significa dizer que ela é impotente para alterar a realidade. Ao contrário, boa parte do que condiciona os ideais de vida e as condutas cotidianas são *crenças imaginárias* (...) as crenças culturais são produtos de nosso modo de agir e dar sentido a nossas ações”.

É interessante notar que o autor discute, no processo de pedagogização da sexualidade, a importância para a repressão das manifestações de sexualidade infantil, que podem prejudicar o desenvolvimento do sujeito e a produção de descendentes – objetos do biopoder. Ora, e não é isso que faz o internato, ao vigiar e punir todas as manifestações e práticas sexuais?

Neste sentido, Silva, em artigo publicado no presente número da Revista Contemporânea de Educação,¹¹ relata um caso de processo administrativo em um abrigo do começo do século passado, por conta de uma grave acusação: que um aluno estaria se relacionando com o chefe dos inspetores. Tal acontecimento se dá, segundo o autor, pela falha contextual das estratégias de controle, que retomam seu lugar com punição exemplar dos envolvidos – ambos são expulsos, preservando, assim, a integridade da instituição. Além disso, as autoridades recomendam maior vigilância, para que isso não se repita. O que observamos é a construção de estratégias de poder que, ao serem confrontadas pelas permanentes produções de linhas de fuga, de desterritorialização¹² e de movimentos instituintes, se rearranjam para a manutenção do instituído.

Entendemos aqui que “o humano é instituído ao mesmo tempo em que institui práticas, conceitos e saberes [...] O instituinte (capacidade de contestação, inovação) e o instituído (a ordem estabelecida, os valores, os procedimentos habituais de previsão)” (BICALHO, 2005, p.155). Tais processos são engendrados constantemente e, por isso, momentâneos. Esse permanente confronto atravessa todas as instituições, visto que as construções são sociais e, assim, fruto de disputas. O internato ocupa, na verdade, seu lugar de mantenedor da ordem; instrumento do judiciário. Este, para Rauter, tem a função de:

Assegurar o domínio e a exploração de uma classe sobre a outra. Mas, para que esse estado de coisas se perpetue, não se vale a engrenagem estatal somente de seus meios claramente repressivos e violentos, mas também de procedimentos técnicos aparentemente mais humanos e modernos, que se constituem apenas em estratégias diversas de dominação (RAUTER, 1987, p.14).

O dispositivo da sexualidade é um dos instrumentos de dominação. A instituição normatiza modos legalizados de existência, ao não autorizar práticas sexuais no interior dos institutos; não distribuir preservativos aos internados; não permitir visitas íntimas. É um movimento de assepsia impossível de ser totalmente eficiente pois, para Foucault (2007), o poder sempre produz resistência. Na verdade, o esquadrinhamento da sexualidade é um processo permanente, que vai cada vez mais fundo, sem um ponto de chegada, diz o autor.

¹¹ “Acima de qualquer suspeita” – disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910.

¹² Trata-se da mudança territórios existenciais, que promovem novas formas de experimentação do mundo (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

Quais, então, são as produções destas instituições? Cassal e Zucco (2009) apontam que, frente às sexualidades tidas como ‘desviantes’, educadores compreendem a sexualidade de uma forma restrita, tendo como padrão a heterossexualidade, que está relacionada a comportamentos bem definidos sobre o que é ser mulher e ser homem. O encontro com a diferença provoca tensões que, com muita frequência, levam a ações de exclusão do outro. Esse processo é conduzido e orquestrado pelo profissional, que naturaliza sua posição e vitimiza o sujeito, apontado-o como produtor de seu próprio sofrimento. A opção pela evasão escolar se dá frente a um sofrimento que é, naquele momento, insuportável. E a vitimização dos sujeitos no processo de eliminação de populações e modos de existência, segundo Baptista (1999), produz sujeitos fragilizados, que precisam de um especialista que possa lhe dar tutela e explicações.

Um destaque importante deve ser dado à questão de gênero;¹³ segundo Uziel (2002), a expressão masculina de sexualidade é o modelo hegemônico de nossa sociedade e, portanto, é a norma pelas quais as mulheres (e quaisquer outras expressões de gênero) são julgadas. O estabelecimento de papéis de gênero não é restrito ao sexo biológico, ou seja, tais construções podem se dar mesmo no interior dos abrigos.

Considerações finais (ou novos começos)

As múltiplas infâncias e adolescências produzidas não dizem respeito somente à experiência particular dos sujeitos. Mais do que isso, falam de formas de produção de nossa própria sociedade. De que paradigmas nós nos utilizamos? Como mantemos e transformamos as relações de poder? A existência de populações excluídas e marginalizadas é, assim, analisadora de nossa organização social.

O ECA pretende garantir direitos aos jovens, minimizando as desigualdades sociais no país. O trabalho é para que ele seja concretizado, como um princípio norteador de nossas práticas e da elaboração de ações estatais. A institucionalização não pode ser usada como um mecanismo de controle social e regulação dos pobres. É necessário que assuma um caráter plenamente socioeducativo; mas, para isso, temos que problematizar com quais conceitos de crime e criminoso temos trabalhado.

Dentro dos internatos, muitas questões ainda ficam em aberto, principalmente as que dizem respeito à sexualidade e às relações de gênero. Afinal, se classes sociais e sexo dos internos são nivelados, que outras relações hierárquicas se produzem? Será que as categorias de orientação sexual e identidade sexual serão tomadas como referência para o estabelecimento de relações de

¹³ Gênero, segundo Guedes (1995) refere-se às relações de poder que se estabelecem a partir das construções sociais das categorias de masculino e feminino.

gênero? De que maneira se dará (ou não) a experimentação da sexualidade? Mais grave ainda: as travestis e transexuais são internadas a partir de seu sexo biológico. Mas seu gênero difere do padrão da instituição. O que isso produz para aquele sujeito e o grupo; e como a instituição responde a isso?

Nesse sentido, achamos imprescindível a elaboração de ações e debates. Afinal, a restrição de liberdade não significa suspensão dos direitos humanos, como a dignidade e a sexualidade. A sexualidade está em jogo nas intrincadas relações de poder, e a violência aparece em diferentes formas e contextos, por vezes veladas e outras mais diretamente, em discursos, ações e omissões.

Podemos pensar em diferentes níveis de atuação, a partir dos atores envolvidos. Os gestores precisam ser aproximados desta realidade; a sexualidade passa muda, por vezes invisibilizada ou considerada um tabu na instituição, evitando a construção de propostas. Isso não é natural, nem precisa ser assim. A elaboração de ações, em parceria com as universidades, os movimentos sociais e a sociedade civil é uma forma de desterritorialização, observando o fenômeno a partir de diferentes óticas.¹⁴

Os próprios profissionais precisam pautar abertamente o tema. Supervisões, reuniões de equipe, sensibilizações e capacitações são momentos para debate, circulação de informações, disputas de projetos e conceitos sobre a educação e a reinserção social, além de possibilitar a aproximação ao tema. Devem, porém, incluir todos os profissionais, já que as instituições falam e se encontram com a sexualidade nos mais variados espaços.

Por fim, nossas meninas e meninos internados, além de viverem o momento de “crise”, construído socialmente para a adolescência, se veem privados de sua liberdade, com dilemas sobre proteção e autonomia, marca da institucionalização. O domínio sobre o corpo, a iniciação sexual, o uso das informações de acordo com a conveniência são atravessadas pela regulação do Estado a que são submetidos, através do abrigo e das instituições do sistema socioeducativo, que hegemonicamente reforçam a dicotomia dos exercícios de gênero na materialidade das categorias de feminino e masculino.

Precisamos, então, produzir espaços onde seja possível dar voz e colocar em pauta suas questões em relação à sexualidade, driblando discursos moralizantes e que tomem a heterossexualidade como norma. O grupo é um dispositivo fundamental, pois propicia a problematização das raízes facilitadoras e mantenedoras da estigmatização da diferença sobre o ponto da sexualidade, e a cartografia da produção desses processos. É importante ter como norte a garantia dos direitos

¹⁴ Indicamos como referência desse tipo de ação o trabalho do Projeto de Extensão ‘Diversidade Sexual na Escola’, realizado pela UFRJ. Site: www.papocabeça.me.ufrj.br/diversidade.

humanos, promovendo o respeito à diversidade de valores, crenças e modos de existência na sociedade. Assim, como nos dizem Silva e Moraes (2007):

Experimental, experienciar, presenciar, presentificar; estamos falando de conviver, misturar-se, confundir-se heterogeneamente e descobrir diferenças antes impensadas. Outras formas de criar diferenças, produzi-las, ou simplesmente deixar que elas brotem rizomaticamente como erva proibida, ao mesmo tempo desejada e reprimida. Sempre há tantas forças em sintonia, tantas pragas de coerção, mas a estranheza da desrazão permite escapar a esta clausura da inconsistência”. (p.141)

Assim, propiciaremos o surgimento de sentidos mais plurais e que promovam um exercício da sexualidade mais autônomo e cuidadoso com o próprio corpo, marcado por escolhas, estas tão raramente identificadas na vida dessa população.

Referências bibliográficas

- ADUFRJ.** *Nova pesquisa quer justificar velhas práticas de extermínio e exclusão.* Jornal Seção Sindical. 25 fev. 2008. p. 6.
- ARIÈS, P.** *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAPTISTA, L. A.** A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: *Cidade dos Sábios.* São Paulo: Summus, 1999.
- BICALHO, P. P. G.** *Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos.* Tese (Doutorado em Psicologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- BRASIL.** Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, 1990.
- BULCÃO, I.** A produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos de ‘criança’ e ‘menor’. In: *Pivetes – A produção de infâncias desiguais.* Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.
- CANGUILHEM, G.** O que é a psicologia? In: *Tempo Brasileiro.* n 30-31. 1973. pp.104-123.
- CASSAL, L. C. B.; ZUCCO, L. P.** Diversidade Sexual na Visão dos Educadores. In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.* Dourados: UFGD, 2009.
- COIMBRA, C.** *Produção do medo e da insegurança.* Disponível em: <<http://www.slab.uff.br>> . Acesso em: 04 mar. 2008.

- COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L.** *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?* Disponível em: <<http://www.slabb.uff.br>>. Acesso em: 04 mar. 2008.
- COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ.** Desvendando mentes perigosas. In: *Olhar Virtual*. Ed. 191, 12 fev. 2008.
- COSTA, A. G.** *O novo direito da infância e da juventude no Brasil – quinze anos de luta e trabalho*. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br/press/uploadArquivos/112568959066.pdf>> Acesso em: 01 out. 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.** *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Coleção TRANS. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DORNELLES, J. R.** *O que é crime*. Coleção Pequenos Passos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, M.** *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2007.
- FREIRE COSTA, J.** “Perspectivas da juventude na sociedade de mercado”. In: **NOVAES, R.; VANNUCHI, P.** (Org). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, pp.75-88.
- GROPPO, L. A.** *Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S.** *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. Vozes: Petrópolis, 1996.
- GUEDES, M. E. F.** Gênero: O que é isso? In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, jan/fev/mar. 1995.
- KASTRUP, V.** O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: **CASTRO, L. R.; BESSET, V. L.** (Org). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nau, 2008, v.1, pp. 465-489.
- KEHL, M.R.** Juventude como sintoma da cultura. In: **NOAVES, R.; VANNUCHI, P.** (Org). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. pp. 89-113.
- LAMEIRÃO, M. S. B.** *Infâncias brasileiras: a invenção da criança e do menor*. Monografia (Graduação em Psicologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

- RAUTER, C.** Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF.* Niterói: UFF, 1989, pp. 9-22.
- SANTOS, M.** *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, R.S.; MORAES, M.** Musicoterapia e Saúde Mental: Relato de uma Experimentação Rizomática. In: *Psico.* v. 38, n. 2, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pp. 139-147, maio/ago. 2007
- UZIEL, A. P.** Da Intenção ao Direito: Homossexualidade e adoção no Brasil. In: **ALMEIDA, H. B.; COSTA, R. G.; RAMÍREZ, M. C.; SOUZA, E.R.** (org). *Gênero em Matizes.* Bragança Paulista: Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais; 2002.
- VELHO, G.** Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: **ALMEIDA, M. I.; MENDES, E. F.** (org). *Culturas jovens, projetos e novos mapas do afeto.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 192-200.